

AS CARACTERÍSTICAS DA VIDA NO CAMPO NO NORTE DO PARANÁ – 1960 a 1980

Ana Claudia Silva ALMEIDA¹

RESUMO

A ocupação do espaço paranaense resultou da expansão de três frentes: Paraná Tradicional, Região Sudoeste e a Região Norte. A colonização de parte do norte paranaense, especificamente o Norte Novo, foi obra da Companhia de Terras Norte do Paraná. A empresa planejou a colonização nos mínimos detalhes. A região se desenvolveu tendo o café com principal produto econômico, esta atividade criou uma dinâmica particular para a vida no campo. Este artigo busca caracterizar a vida no campo no Norte do Paraná na segunda metade do século XX, em específico entre as décadas de 1960 a 1980, período em que o cultivo do café predominava como a principal atividade econômica das propriedades rurais, e garantia uma dinâmica específica a estes espaços. As informações trabalhadas no texto foram obtidas através de leitura e análise de materiais bibliográficos referentes à colonização do Norte do Paraná, e entrevistas com moradores do espaço rural norte paranaense da época. Também foram utilizadas informações coletadas junto a pioneiros do espaço referido. As características da vida no espaço rural no período referido foram utilizadas de forma a montar uma descrição das principais atividades, hábitos e costumes existentes e praticados na época. No período a pequena propriedade estava pautada na dinâmica do complexo rural. Estas mudanças não foram imediatas, já que as características da vida no campo permitiram que a população rural resistisse anos após o fim do ciclo cafeeiro.

Palavras chave: Colonização, Atividade cafeeira, Costumes.

¹ Licenciada e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEM, na linha Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

THE CHARACTERISTICS OF COUNTRY LIFE IN THE NORTH OF PARANÁ - 1960 to 1980

ABSTRACT

The occupation of Parana resulted from expansion of three fronts: Traditional Paraná, Southwest Region and Northern Region. The colonization of the northern part of Paraná, specifically the New North, was made by the Company of Land North of Paraná. The company planned colonization in detail. The region has developed having coffee with main economic product, this activity has created a particular dynamic to life on the farm. This article seeks to characterize life in the countryside of northern Paraná State in the second half of the XX century, in particular between the decades 1960-1980, during which coffee cultivation predominated as the main economic activity of rural properties, and ensuring a specific dynamic to these spaces. The information in this article was obtained through reading and analysis of bibliographical material relating to the colonization of northern Paraná, and interviews with residents of the rural areas of northern Paraná season. Was also used information collected from the pioneers of northern Parana, and personal experiences of the author. The characteristics of life in rural areas during the period that were used in order to assemble a description of the main activities, habits and customs existing and charged at the time. In the period studied the small property was based on the dynamics of the rural complex. These changes were not immediate, since the characteristics of country life enabled the rural population resisted years after the end of the coffee cycle.

Keywords: Colonization, Coffee activity, Costumes.

1 INTRODUÇÃO

A ocupação do espaço paranaense resultou da expansão de três frentes: o Paraná Tradicional, do ouro de lavagem, do tropeirismo e da extração de erva-mate, a região Sudoeste, povoada por imigrantes gaúchos e catarinenses, e a região Norte, vista como um prolongamento da economia cafeeira paulista (SERRA, 1992).

O Paraná Tradicional corresponde às primeiras áreas ocupadas, litoral e Campos Gerais. Essa frente foi inaugurada por mineradores paulistas no século XVII, atraídos pela existência de ouro de aluvião. A atividade de mineração aurífera foi substituída por novas alternativas econômicas entre 1720 e 1730. Inicia-se a pecuária extensiva, o tropeirismo e a extração e beneficiamento da erva-mate. As terras paranaenses de campos estavam totalmente ocupadas no final do século XVIII (WESTPHALEN, 1968). Essa frente, apesar do espaço de abrangência, não ocupou todo o território paranaense.

Na frente Sudoeste, houve duas linhas de ocupação, uma de ocupação espontânea e outra de colonização dirigida. Este último foi promovido por dois poderes distintos: as empresas privadas de colonização e a iniciativa oficial. Já o processo espontâneo, responde pela ocupação pura e simples de terras devolutas ou de particulares, configurando a posse. O interesse do governo em ocupar tal área era explicado por dois motivos, acabar com as áreas despovoadas e ao mesmo tempo acabar com o problema social e econômico causado pelos minifúndios do Rio Grande do Sul. Para isso criou o plano denominado “Marcha para o Oeste” (SERRA, 1992). O processo de colonização realizado pelas empresas e o governo, teve dois efeitos imediatos: a dinamização da frente e a valorização das terras.

A frente Norte teve sua ocupação a partir da segunda metade do século XIX. No entanto, a colonização intensiva da região, em moldes modernos, teve início em 1929 e foi obra da Companhia de Terras Norte do Paraná (MÜLLER, 2001). A estrutura fundiária teve predominância em pequenas propriedades e a atividade cafeeira foi a base de sustentação econômica. As características da vida rural na época tinham peculiaridades que tornavam a relação com o espaço urbano bem reduzida em comparação com os dias atuais.

Este artigo busca caracterizar a vida no campo no Norte do Paraná na segunda metade do século XX, em específico entre as décadas de 1960 a 1980, período em que o cultivo do café predominava como a principal atividade econômica das propriedades rurais, e garantia uma dinâmica específica a estes espaços.

2 METODOLOGIA

As informações trabalhadas no texto foram obtidas através de análise e leitura de materiais bibliográficos referentes à colonização do Norte do Paraná, com destaque para Cancian (1981), Luz (1997), Müller (2001), Serra (1992) e Tomazi (1997). Também foram utilizadas informações coletadas junto a pioneiros do espaço referido, somando, no total, 4 entrevistas.

Estas informações foram sistematizadas a fim de caracterizar a realidade vivida no campo nas décadas de 1960 a 1980 no norte paranaense.

A escolha do intervalo temporal utilizado no texto está pautada no período em que a atividade cafeeira foi a base econômica da região. O café foi o maior responsável pela expansão da colonização na Região Norte, e se manteve como principal produto cultivado nas propriedades durante o período referido. Esta atividade proporcionou à área de estudo características peculiares quanto à organização espacial e social.

As características da vida no espaço rural neste período foram utilizadas de forma a montar uma descrição das principais atividades, hábitos e costumes existentes e praticados na época.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 COLONIZAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ

Os primeiros indícios de ocupação europeia do norte paranaense datam do século XVII, por intermédio das missões religiosas dos jesuítas. Entretanto, os mesmos não desempenharam um papel significativo nesse processo (SERRA, 1992).

Foi na segunda metade do século XIX, a partir de 1862, que se inaugurou uma nova fase de povoamento para o Norte do Paraná. Müller (2001) enuncia que o ‘manto verde dos cafezais’ espalhou-se pela região como avalanche. Essas ocupações foram feitas por fazendeiros paulistas, atraídos pelas manchas de terra-roxa. Surgiram dessa época alguns núcleos urbanos, como Santo Antonio da Platina (1866), São José da Boa Vista (1867) e Venceslau Brás (1867). Todavia, essa ocupação realizada de forma rápida e desordenada, em conformidade com Luz (1997), começou a preocupar as autoridades do Estado, levando o

que regulamentasse as vendas das terras devolutas do Estado situadas no vale do Paranapanema, com o objetivo de evitar sua invasão. Isso foi necessário, já que as terras do Norte do Paraná eram muito atraentes aos mineiros e paulistas, especialmente por estes últimos, que consideravam a região um prolongamento do território de seu Estado.

O norte paranaense é dividido em três áreas, levando em consideração o período e a origem da colonização. De acordo com Tomazi (1997) a subdivisão mais conhecida e consagrada da área é aquela que divide em Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo (Figura 01).

No Norte Velho, também conhecido como Norte Pioneiro, que se estende do Rio Itararé até a margem direita do Rio Ivaí, a partir do final do século XIX e início do século XX, cujo fim data com a crise de 1929. A segunda no Norte Novo, que vai até as barrancas do Rio Ivaí, limitando-se com as cidades de Terra Rica e Terra Boa, expandindo lentamente a partir de 1930, e sofrendo um aceleração posterior à Segunda Guerra Mundial. No Norte Novíssimo, que segue desse limite até o Rio Paraná, datando entre 1940 e 1960, período em que se encerra o expansionismo da cafeicultura no Paraná (CANCIAN, 1981).

A colonização de parte do norte paranaense, especificamente o Norte Novo, foi obra da Companhia de Terras Norte do Paraná, empresa constituída por capital inglês. Esta adquiriu uma área de 515.000 alqueires paulistas, que a princípio serviriam para o plantio de algodão. Não obstante, depois das primeiras viagens de reconhecimento perceberam que obteriam melhores resultados loteando a gleba em pequenas propriedades. A Paraná Plantation Limited, como foi denominada, controlava suas duas subsidiárias: Companhia de Terras Norte do Paraná e Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná. Em consonância com Müller (2001), as duas entidades se completavam; enquanto a colonização garantia fretes à ferrovia, esta assegurava o fluxo de colonizadores para as frentes pioneiras. A estrada de ferro representava uma ligação do moderno com o progresso. Em 1944, a Companhia foi vendida a um grupo de capitalistas paulistas, passando a se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

A empresa planejou a colonização nos mínimos detalhes. A espinha dorsal das vias de circulação (rodovias) seria no espigão divisor de águas, entre as bacias hidrográficas dos rios Ivaí e Paranapanema. As cidades teriam importância e distâncias definidas. Isso permitiu que toda a área colonizada estivesse engendrada em um sistema de circulação, ou seja, nenhuma propriedade rural estaria há mais de 15 km de um patrimônio ou cidade. O perfil dos lotes também foi determinado em longas fitas, do espigão até o vale, de modo que toda propriedade tivesse saída e acesso à água fluvial (COMPANHIA, 1975).

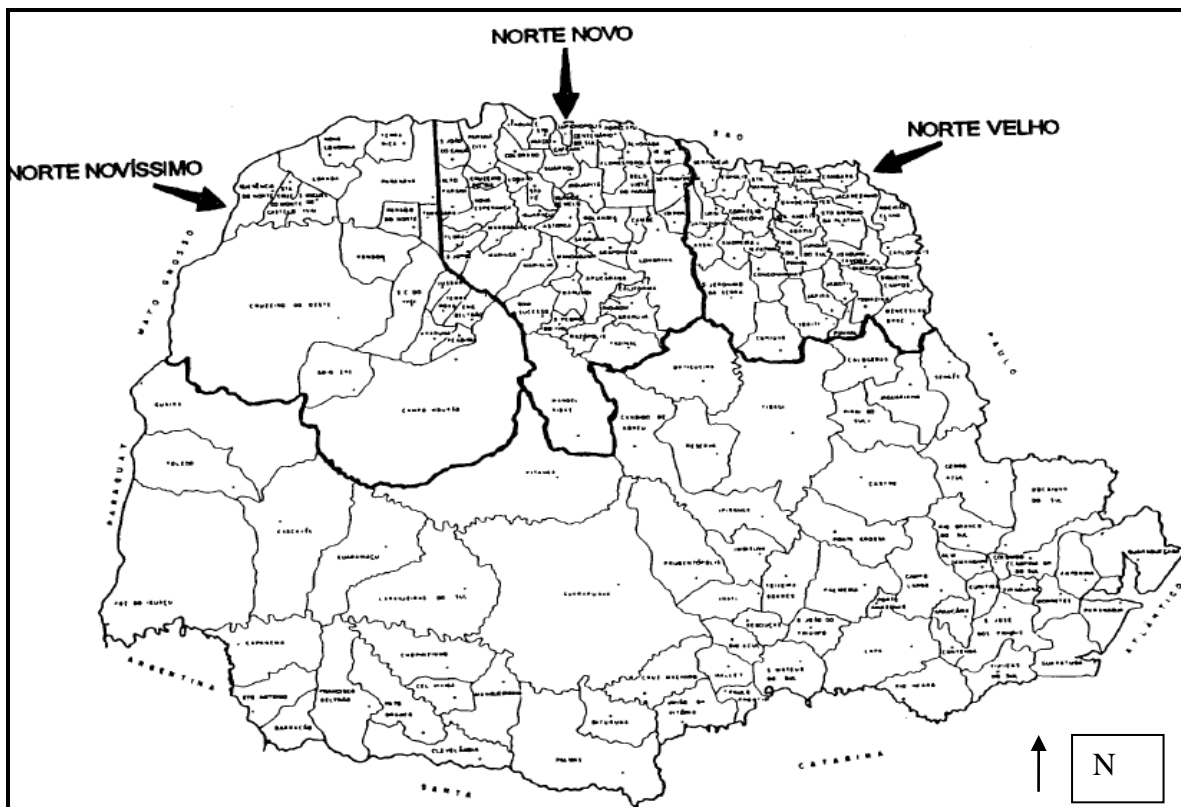


Figura 01 – Divisão da Região Norte do Paraná

Fonte: Mapa base com a divisão por municípios em 1956 (Tomazi, 1997, p. 127)



Figura 02 - Visão gráfica em perspectiva panorâmica do sistema de repartição de terras executado pela CMNP

Fonte: CMNP (1975, p. 108)

A dimensão dos lotes foi estipulada conforme sua localização. Müller (2001) informa que os lotes próximos aos núcleos urbanos variavam de 1 a 5 alqueires paulistas, e para as áreas mais afastadas ficaram as propriedades de 5 a 10 alqueires e as “fazendas” as mais distantes. Contudo, deve-se entender que a divisão dos lotes em pequenas propriedades não estava voltada apenas em obter um número maior de compradores, mas também em se obter maior lucro, uma vez que em lotes menores haveria menos investimento maior comodidade, haja vista que os lotes contariam com acesso às estradas, proximidade com os núcleos urbanos o que, como consequência, facilitaria o escoamento dos produtos produzidos. Para Carvalho (2008, p. 49),

[...] o método de comercialização de terras praticada pela companhia estrangeira, fracionando-as em pequenos lotes em média 15 alqueires –, e a facilidade no pagamento, tendo em vista que o comprador poderia parcelar suas terras em até 48 meses, permitiram a maximização dos lucros para a empresa, mas possibilitou que milhares de pessoas migrassem para região no sonho da terra própria e de melhores condições de vida.

Outra vantagem na comercialização dos lotes menores estava em um fator climático determinante para a cultura cafeeira: a geada. Nos lotes menores não se plantava exclusivamente café; dessa forma, se ocorresse a geada os prejuízos seriam menores, visto que os proprietários contariam com os produtos de subsistência. Essas características atraíram os compradores desejados pela Companhia. Deve-se entender que na época não seria o fazendeiro que compraria essas terras, e sim os pequenos produtores (colonos de São Paulo) que enxergariam a chance de tornarem-se proprietários. Nos lotes menores a diversificação estava presente, na verdade, a propriedade possuía a seguinte estratificação: no topo, área mais próxima do espigão, havia o cultivo do café, no estrato topográfico intermediário estavam as culturas para subsistência, já as habitações e as pastagens localizavam-se próximas do início do fundo de vale, o qual era cercado por vegetação. De acordo com Müller (2001, p.105)

[...] as habitações estão usualmente situadas na faixa de pastos, não muito próximas do curso d'água, quase sempre no ponto em que as vertentes deixam seu perfil de inclinação suave para caírem abruptamente sobre os rios. Cercadas de árvores frutíferas (...) havia adjunto às residências: depósitos, celeiros, cercados para o gado ou animais domésticos, as próprias cercas que delimitavam o pasto.

Estava, dessa maneira, a cargo da Companhia três tarefas: a colonização, a construção de estradas e a implantação de núcleos urbanos.

Em aproximadamente três décadas o espaço norte paranaense fora tomado pelas lavouras de café, o que tornava a região a mais dinâmica do Estado tanto no âmbito econômico, como na ocupação humana. Oliveira (2009, p. 6) expõe que:

[...] Entre as décadas de 1940 e 1970, apenas no eixo Londrina – Apucarana – Maringá, o café gerou centenas de milhares de empregos e colocou alimento nas mesas de milhares de famílias. A cultura cafeeira proporcionou oportunidades nas diversas etapas de sua produção: no plantio e manutenção (capina) das roças; na colheita (derriçagem, abanagem e secagem nos terreirões); na comercialização e transporte até as máquinas de beneficiamento. Desse modo, vários segmentos profissionais garantiam suas rendas, tais como: carregadores, ensacadores, classificadores e, inclusive, as “catadeiras” que separavam os grãos que não possuíam boa qualidade dos demais.

Na década de 1950, o Norte do Paraná havia se tornado uma das regiões produtoras de café mais importante do mundo. Em 1945, o Paraná foi responsável por 4,5 % da produção nacional; já em 1962 a participação paranaense no mercado foi com 58% da produção. De acordo com Kohlhhepp (1991) os processos de desenvolvimento desenfreados trouxeram rapidamente o problema da superprodução, dando início à decadência da atividade no Estado.

A dinâmica garantida pela cultura cafeeira permaneceu inalterada até 1960. Nesse período, foram registradas superproduções regionais que influenciaram um desequilíbrio no mercado externo. Atrelado a isso, ocorreu na década de 1970 um evento climático que resultou, atrelados a fatores econômicos, na extinção da atividade cafeeira no Norte do Paraná. Isso refletiu na economia regional e na manutenção da propriedade cafeeira.

3.2 CARACTERÍSTICAS DA VIDA NO CAMPO

O Norte do Paraná passou por fortes geadas nos anos de 1969 e 1972, sendo que em 1975 ocorreu a mais forte delas, conhecida como “geada negra”. Sobre as sucessivas geadas e as consequências desse evento climático para a atividade cafeeira, Serra (2010, p.82) pondera:

Na época, muitos produtores deixaram a atividade por não suportarem os prejuízos sofridos. Com as geadas de 1969, 1972 e 1975, que deixaram danos ainda maiores, os produtores que relutavam em sair acabaram seguindo o mesmo caminho, principalmente tendo em vista o resultado catastrófico de 1975. Enquanto as geadas anteriores ainda deixaram algumas poucas partes das lavouras sem queimar, caso das localizadas nos espigões, a de 1975 destruiu tudo. Foi o golpe de misericórdia sofrido pelo que, na época, era considerado o maior parque cafeeiro do País, com 915 milhões de pés.

Os reflexos, importante salientar, não foram imediatos devido a toda a estrutura relacionada à pequena propriedade cafeeira do norte paranaense.

A pequena propriedade estava pautada na dinâmica do complexo rural. Todas as atividades eram internalizadas na propriedade, a residência, a produção de subsistência, eventual venda de excedentes e o produto para comercialização (café). De acordo com relatos de Prado (2009), na propriedade havia os animais, como as aves, que forneciam os ovos e a carne; os suínos, que forneciam a banha e a carne; o gado bovino, que fornecia o leite e a carne; e os equinos, que serviam de meio de transporte e para o trabalho na lavoura. Eram cultivadas verduras e legumes nas hortas, lembrando que na colonização todos os lotes tinham acesso à água, ou seja, não havia problema quanto a esse recurso. Existiam as plantações de arroz, feijão, milho, trigo, batata, cebola, alho, mandioca, amendoim, inhame, dentre outros produtos. As frutas eram fartas, em razão da existência dos pomares.

Os produtos industrializados, ainda segundo a entrevistada, eram adquiridos, geralmente, em vendas, (pequeno estabelecimento comercial localizado nos patrimônios, que atendia às necessidades comerciais da população rural, possuía o mesmo porte das mercearias atuais) tais como açúcar, apesar de alguns produtores fabricarem o melado a partir da cana-de-açúcar, macarrão, sal e algumas peças de vestuário.

As compras realizadas nesses estabelecimentos, as vendas, não eram à vista. O pioneiro Romualdo Borsari relata que: “As pessoas tinham o compromisso de pagar em dia. Eu podia vender e deixar que me pagassem em até um ano. Não tinha erro, todo mundo pagava, era uma época de fartura. Um tempo para fazer muito dinheiro” (citação extraída do caderno de suplemento especial do Jornal O diário, em comemoração aos 58 anos de Marialva). As peças de vestuário adquiridas eram poucas, pois segundo Silva (2010) havia o hábito de repassar as peças dos filhos maiores para os menores.

Naquela época, a existência de energia elétrica no campo era mínima. Porém, isso não era problema, e sim uma vantagem, pois diminuía os gastos na residência. As carnes eram facilmente armazenadas como alternativas à refrigeração, como o caso das carnes salgadas, defumadas e as famosas “carnes de porco na gordura”, procedimento feito com a carne suína, a qual era frita e conservada (imersa) na gordura durante vários meses. Essa técnica proporcionava à carne um gosto bem característico, porém não muito saudável em virtude do valor calórico. Além disso, havia a prática entre os vizinhos e amigos da repartição da carne. Na verdade, quando uma família abatia um animal, a carne era dividida entre os familiares e amigos, nas palavras da entrevistada Silva (2009) “era costume mandar uma

‘provinha’ para cada vizinho e para os amigos que moravam mais distantes”. Os peixes não
Geogingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 6, n. 1, p. 62-77, 2014
ISSN 2175-862X (on-line)

eram armazenados em razão da grande quantidade existente nos rios na época, isso garantia que em toda pesca, a captura do peixe era certa. O trigo colhido na propriedade era levado até à cidade, nos moinhos, onde o produto era transformado em farinha, que de volta à propriedade era utilizada na fabricação de pães e algumas vezes em macarrão.

É importante lembrar que não havia fogão a gás naquela época; logo, os pães eram assados em grandes fornos a lenha, assim como a comida era preparada nos fogões a lenha. Estes serviam, inclusive, para aquecer o ambiente em época de frio rigoroso. Silva (2010) relata que era obrigação das crianças e jovens buscarem lenhas para abastecer os fogões e fornos, “todo dia à tarde tínhamos que ‘apanhar’ lenha, tinha um lugar só para guardar, pois nos dias de chuva tinha que ter lenha seca”. Com a mandioca era feita a farinha e o polvilho, com o amendoim era feito o tradicional doce denominado “pé de moleque”. Além disso, de acordo com o entrevistado Oliveira (2009), havia um ciclo interessante do café nas propriedades: ele era cultivado, colhido, torrado, moído e consumido dentro desse espaço. Nas propriedades maiores este produto era a base econômica.

Em algumas propriedades havia energia elétrica, produzida por geradores, no entanto, essa comodidade na época estava restrita às grandes propriedades. É válido lembrar, também, que somente a casa do proprietário era abastecida pela energia, ficando as casas dos colonos desprovidas desse benefício. Isso é narrado nas palavras de Silva (2009): “meu marido sempre lembra que quando tinha jogo do Brasil todo mundo ia para a casa do patrão para assistir, porque ninguém tinha televisão em casa, tinha só rádio a pilha ou bateria”.

Importante esclarecer que o termo colono nesse contexto é aquele que trabalha em uma grande propriedade, juntamente com sua família, e mora em uma área destinada as residências da propriedade, a chamada Colônia. Ele não é o proprietário da terra. Em outras regiões do Paraná, no caso do sudoeste fruto da colonização sulista, o termo refere-se ao pequeno proprietário.

A iluminação era feita por lamparinas de querosene, o que resultava em um teto (residência) todo escuro em virtude da fumaça liberada pelo produto. A entrevistada Silva (2010) cita que na época “as casas não eram forradas, então toda a fumaça liberada pela lamparina parava nas telhas, e elas ficavam todas bem pretas”. Quando havia transmissões importantes na TV, como os jogos da copa, os moradores se reuniam na casa do “patrão” para acompanharem. Segundo comentários da entrevistada Silva (2009), somente os proprietários de posses possuíam aparelhos eletrônicos, tais como a televisão. Depois de alguns anos esse aparelho foi se popularizando, todavia as famílias assistiam muito pouco, apenas em alguns momentos do dia, sobretudo no horário dos telejornais. Isso acontecia por haver dificuldade

em recarregar a fonte de energia do aparelho, a bateria. A carga do aparelho durava conforme a quantidade de uso, em média, conforme Silva (2009), sete dias, mas a recarga era difícil, já que era feita nas cidades, e o transporte do objeto (bateria) era complicado em virtude do peso, do meio de transporte utilizado e das condições do aparelho.

As crianças não precisavam deslocar-se às cidades para frequentarem as escolas, uma vez que havia vários estabelecimentos de ensino no espaço rural em virtude da grande quantidade de crianças em idade escolar residindo nessas localidades. Inclusive, os professores também residiam no campo, muitas vezes era a filha do grande proprietário, que com os recursos do pai conseguiu concluir o curso de Magistério na cidade. Os materiais escolares não eram levados em mochilas, comum nos dias atuais, e sim nos chamados embornais, feitos em casa com retalhos de tecido, principalmente o jeans. A confecção desse produto era feito pelas mães, pois era comum toda dona de casa ter uma máquina de costura. Os materiais escolares utilizados pelos alunos naquela época, de acordo com Silva (2009), eram oferecidos pelo governo.

É interessante lembrar que não havia transporte público nem particular para levar essas crianças à escola. O percurso era feito a pé ou no lombo de animais. Entretanto, as crianças só tinham acesso ao primário (atual Ensino Fundamental I), pois o ginásio (atual Ensino Fundamental II) só era ofertado no espaço urbano. Dessa forma, os alunos que residiam até cerca de 10 km da cidade conseguiam frequentar a escola, com a utilização de bicicletas ou até mesmo a pé. As crianças que residiam a uma distância maior ficavam impossibilitadas, haja vista a dificuldade no traslado casa - escola. O mais curioso é que as pessoas que viveram essa realidade escolar recordam com alegria e saudade dessa época. Também é importante frisar que muitos alunos conseguiram vencer as dificuldades e tornaram-se bacharéis em diferentes áreas.

Desde cedo as crianças ajudavam nas atividades das propriedades. Geralmente eram tarefas das crianças tratar de animais, tais como porcos e galinhas, buscar água nas minas (não havia água encanada na época), apartar os bezerros (no final da tarde, os bezerros eram presos no curral, separados da mãe para que não mamassem, possibilitando acumular leite para ser retirado no outro dia de manhã, ou seja, realizar a ordenha), apanhar lenhas para o abastecimento do fogão, levar merenda na roça (merenda era o lanche da tarde; utilizavam o termo roça para designarem a lavoura), dentre outras. Os filhos mais velhos ajudavam os pais na lavoura, inclusive as moças, ficando uma delas responsável pelos afazeres domésticos e o cuidado com os irmãos menores, já que a mãe também se ocupava com o trabalho na lavoura.

Sobre isso Silva (2010) relata: “eu chegava da escola e tinha que fazer todo o serviço da casa,
Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 6, n. 1, p. 62-77, 2014
ISSN 2175-862X (on-line)

cuidar dos meus irmãos menores, fazer comida para que tudo estivesse em ordem quando minha mãe chegasse da roça, eu era a mais velha, então era minha obrigação cuidar da casa enquanto minha mãe trabalhava”.

A independência da população quanto ao espaço urbano também era percebida na saúde. Muitos “males”, segundo Prado (2009), eram tratados em casa, com a utilização de medicamentos caseiros. A população rural confiava muito na cura de enfermidades e problemas às “benzedeiras”, que faziam orações, ensinavam remédios, chás e banhos feitos de ervas e raízes. As mulheres não tinham o hábito, e nem condições, de terem seus filhos nos hospitais, e os partos eram realizados por parteiras, estas eram mulheres que auxiliavam as gestantes na hora do parto, com conhecimento sobre o assunto, e cobravam pelo serviço prestado, configurando-se como uma profissão na época. Quando uma mulher tinha um filho, pondera Prado (2009), as vizinhas logo se prontificavam a realizarem os serviços domésticos para a recém-mãe. Nas visitas ao bebê, os presentes eram bem diferentes dos levados atualmente. Ao invés de roupinhas e brinquedos, eram levadas, muitas vezes, galinhas e frangas para fazer a comida da mãe durante a dieta, a famosa “canja de galinha”, acreditavam que este prato era muito importante para a recuperação e fortalecimento da mãe. Todas as mulheres “guardavam” rigorosamente a dieta dos 40 dias após o parto, pois de acordo com Silva (2009), os problemas adquiridos na dieta só se curavam com a próxima dieta.

A população rural possuía algumas formas simples e peculiares de se divertir. Os homens gostavam de futebol, tinham times amadores e havia muitos campos destinados a esse esporte em sítios maiores, particularmente nos quais haviam colônias. Um fato curioso estava na localização dos campos de futebol, os quais eram improvisados em pastos, e muitas vezes não apresentavam uma declividade propícia para o esporte. Em consonância com Oliveira (2009), após as partidas ao invés de se dirigirem aos vestiários, o destino era outro, pois na época os chuveiros eram os riachos próximos aos campos. Os homens também tinham o hábito de frequentar as vendas no final da tarde, muitas vezes somente para bater um papo e colocar “a prosa” em dia, como diziam à época. Raramente os pais chegavam com um doce para os filhos em casa; quando o faziam, era motivo de muita alegria. Silva (2010) diz que esses doces eram principalmente, “paçoquinha”, suspiro e balas.

As festas dos padroeiros das comunidades eram verdadeiros acontecimentos, e reuniam muitas pessoas, inclusive de outras comunidades. Nesta época a maior parte da população era católica, o que fazia com que grande parte das famílias participasse dessas festas. O número de adeptos da religião evangélica era pequeno. Havia muitos bailes, os ditos “arrasta-pés”, que reuniam pessoas de todas as idades; esses eventos ocorriam, geralmente, no

Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 6, n. 1, p. 62-77, 2014
ISSN 2175-862X (on-line)

final da colheita, quando a tulha (local onde o café era armazenado, ou depósito dos produtos da propriedade já estava vazia, pois esses espaços transformavam-se em ambientes para a dança).

Os casamentos não eram realizados em salões, e sim em barracas montadas nos terreiros da casa do noivo ou da noiva, e o cardápio ficava por conta das mulheres da família. As pessoas tinham o hábito de visitar seus vizinhos à noite, geralmente em noites em que o brilho da lua facilitava a visualização do caminho, aproveitavam este momento para contar histórias sobre suas vidas. Importante lembrar que a maior parte da população era proveniente de outros estados, o que proporcionava à região uma diversificação cultural significativa. Os momentos de convivência, de acordo com Silva (2009), proporcionavam trocas de experiências enriquecedoras.

Todos os anos, durante o mês de maio, aconteciam “a reza do terço”, esta manifestação religiosa ocorria neste mês em homenagem à Virgem Maria. Os moradores católicos se reuniam cada noite na casa de uma família, para juntos rezarem. Para receber a imagem em casa, as mulheres cuidavam da limpeza e montavam um belo altar, enfeitado com flores e toalhas bordadas. Segundo Silva (2009), era hábito após o terço servirem um chá para os convidados. Foi relatado, também, que muitos namoros da época começavam nessas ocasiões, porque eram as moças que serviam o chá, e dessa forma, muitos rapazes solteiros aproveitavam a situação para fazerem a corte. Após o terço também havia a prática de um leilão, as prendas eram simples, tais como: frango assado, pudim, bolos, vinhos, doces, leitoa assada, dentre outros. Estas prendas eram todas doadas pelos vizinhos, e a renda dessa atividade era toda revertida à Igreja, como forma de colaboração e agradecimento. Ainda de acordo com a entrevistada, havia uma crença na época que os casais que iniciavam o namoro em situações que envolviam religiosidade (casamentos, terços e novenas) teriam seu relacionamento abençoado, e caso chegassem ao enlace matrimonial não haveria separação.

Ao término do mês de maio e com a finalização da reza do terço nas casas das famílias, havia a entrega das imagens na comunidade, com uma procissão. Segundo Silva (2009), esse acontecimento ocorria no sábado, e no domingo havia a festa do padroeiro, festividade ansiosamente aguardada pelas moças da comunidade, haja vista que era um momento de lazer e oportunidade para interagir com os rapazes. É importante lembrar, que de acordo com a entrevistada, havia grande rigor quanto ao contato entre moças e rapazes na época, em virtude das regras impostas pelos pais.

A dinâmica existente no espaço rural do Norte do Paraná sofreu modificações com o

foram determinantes para a erradicação de extensas áreas de cafezais. As lavouras de café do Estado já haviam passado por fortes geadas em 1953 e 1955, no entanto, a geada de 1975 foi o golpe final para os cafezais e para os produtores que ainda resistiam. Em menos de uma década o “mar de café” presente no Norte do Paraná perdeu totalmente suas forças. Era o fim de um ciclo, com mudanças econômicas e sociais para o espaço norte paranaense. Estas mudanças não foram imediatas, já que as características da vida no campo permitiram que a população rural resistisse anos após o fim do ciclo cafeeiro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Norte do Paraná foi colonizado, em especial o Norte Novo, pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, a empresa foi responsável por todos os detalhes da colonização. Foi estabelecido, assim, o tamanho dos lotes, a disposição dos mesmos, a criação e função econômica a ser exercida pelas cidades, e as vias de circulação do espaço. Todo este processo se desenvolveu utilizando o café como produto econômico base para as propriedades que surgiam. Esta atividade influenciou fortemente o desenvolvimento da região, tornando-a umas das mais dinâmicas em crescimento na época.

A atividade cafeeira conferiu à Região Norte características peculiares quanto a organização espacial, uma vez que a estrutura fundiária era, em sua grande maioria, composta por pequenas porções produtivas. Isso fez com que a ocupação da área se desse de forma mais rápida e dinâmica, haja vista o maior número de pessoas envolvidas com as atividades rurais. Além disso, as propriedades seguiam a dinâmica do complexo rural, ou seja, todas as atividades eram internalizadas, restando poucas atividades e produtos a serem buscados fora, ou no espaço urbano. Além disso, outra particularidade foi conferida pela cafeicultura à região, referente às características sociais no que tange aos hábitos, costumes e tradições presentes no campo nesta época.

Todas as particularidades existentes dentro da dinâmica da vida no campo na época mantiveram os produtores anos após o fim do ciclo cafeeiro de 1975, e da entrada do novo modelo agrícola no norte do Estado. Realça-se que os produtores rurais não queriam se render, pois além da experiência acumulada com o cultivo do café, também havia a estrutura do lote, a estrutura fundiária, o trabalho familiar não-remunerado, ou seja, muita coisa estava atrelada ao café, não somente no sentido econômico, mas também no sentido cultural e sentimental.

Nesse contexto, a mudança de cultura implicou em uma transformação direta no cotidiano das pessoas. Apesar do período de resistência às mudanças, haja vista as características que permitiram o adiamento, as modificações vieram e transformaram todo o espaço rural do Norte do Paraná. As modificações foram além das percebidas na paisagem, pois também afetaram a vida das pessoas, obrigando uma grande massa populacional a mudar hábitos e costumes construídos durante toda uma vida.

As mudanças econômicas e sociais ocorridas no espaço norte paranaense com o fim do ciclo cafeeiro, foram necessárias para a reorganização deste espaço perante a nova realidade presente na região.

5 REFERÊNCIAS

CANCIAN, Nadir A. **Cafeicultura paranaense 1900- 1970**. Curitiba: GRAFIPAR, 1981.

CARVALHO, Josiane F. **Os assalariados rurais da agroindústria canavieira da mesorregião noroeste paranaense**. 2008. 223 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá, 2008.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. Publicação comemorativa do cinquentenário da C.M.N.P, São Paulo: Edanee, 1975.

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá**. Edição da Prefeitura do Município de Maringá/Dissertação de Mestrado. 1997.

MÜLLER, Nice Lecoq. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. **Revista Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 89-118, jan./jun. 2001.

OLIVEIRA, Benedito. **Benedito de Oliveira**: depoimento [ago. 2009]. Entrevistador: Ana Claudia Silva Almeida. Marialva, 2009. Entrevista concedida para elaboração da dissertação de mestrado do entrevistador.

OLIVEIRA, Semí C. A economia cafeeira no Paraná até a década de 1970. **Vitrine da Conjuntura**, Curitiba, v.2, n.4, p.1-8, jun. 2009.

PRADO, Ana Lourdes. **Ana Lourdes Prado**: depoimento [ago. 2009]. Entrevistador: Ana Claudia Silva Almeida. Marialva, 2009. Entrevista concedida para elaboração da dissertação de mestrado do entrevistador.

SALVATICO, Tatiane. O braço forte dos imigrantes. **O Diário do Norte do Paraná**, Maringá, 08 nov. 2009. Suplementos.

SERRA, Elpidio. Conflitos rurais no Paraná: como foi que tudo começou. **Boletim de Geografia**, Maringá, v.28, n.1, p.75-89, 2010.

SERRA, Elpidio. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, v.10, n.1, p.61-93, dez. 1992.

SILVA, Ana Julia O. **Ana Julia O. Silva**: depoimento [jul. 2009]. Entrevistador: Ana Claudia Silva Almeida. Marialva, 2009. Entrevista concedida para elaboração da dissertação de mestrado do entrevistador.

SILVA, Maria Regina. **Maria Regina Silva**: depoimento [jan. 2010]. Entrevistador: Ana Claudia Silva Almeida. Marialva, 2010. Entrevista concedida para elaboração da dissertação de mestrado do entrevistador.

TOMAZI, Nelson Dacio. **“Norte do Paraná” história e fantasmagorias**. 1997. 338 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná/Departamento de História**. Curitiba, n.7, 1968.